

O CAPITAL ABANDONA OS TRABALHADORES

Atanásio Mykonios*

Os marxismos e as lutas estruturais

Os diversos segmentos dos movimentos operários em geral, como os diversos movimentos sociais de inspiração marxista na América do Sul tiveram interpretações e conclusões também diversas acerca de como a luta contra o capital deveria ser travada ou nos desdobramentos, como as respostas dadas pelos diversos grupos tiveram repercussões na organização das lutas, que ora foram anticapitalistas, ora tenderam a uma acomodação para maior adaptação da classe trabalhadora no âmbito das conquistas de direitos no seio do sistema do capital. Some-se a isto o fato de que a América do Sul é uma região que foi tratada sob a condição subalterna no que se refere à participação no cenário do capital em termos mundiais. O capitalismo de subalternidade e dependência marcou até hoje os regimes políticos e econômicos no continente, em cuja burguesia não teve ou não se dispôs a organizar estratégias capazes de criar uma indústria local e regional com vistas a impulsionar as forças produtivas e formar um proletariado mais preparado, engendrando condições históricas para se organizar em termos das grandes lutas que percorreram o hemisfério norte, em especial. Travaram-se lutas locais contra o neocolonialismo e, sobretudo, contra o poder da presença imperialista estadunidense, cuja influência está presente desde o final do século XIX, na América Central, no Caribe e na América Latina em geral. Os movimentos marxistas tiveram de lidar com as pressões imperialistas, bem como o embate interno contra as burguesias que decidiram se submeter ao poder de grupos com alcance territorial bem maior do que as burguesias em suas regiões teriam, especialmente as oligarquias sul-americanas que ainda exercem o poder sobre as terras produtivas em praticamente todos os países. A formação de um proletariado, no sentido estrito das condições de luta que o marxismo ortodoxo impôs, sem dúvida, não era tão viável, dadas as tendências de atraso em que se encontravam as forças produtivas em todo o continente latino-americano. O esquematismo etapista, o cronograma das estratégias das lideranças e dos partidos enfrentava o problema do atraso no que se refere ao capital industrial, as tarefas a que se impunham os movimentos marxistas lidavam com as barreiras de uma realidade estrutural imposta. Isto colocava desafios muito maiores pois as peculiaridades das realidades locais

* Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades – FIH, no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas – BCH. Coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho, Tecnologia e Educação – TTE.

provocavam interpretações distintas, mas com matrizes teóricas basicamente importadas das experiências europeias.

Na interpretação da maioria dos marxistas, das vanguardas, dos partidos e das organizações de camponeses e trabalhadores, havia duas perspectivas a serem consideradas. Na primeira, a luta contra a exploração imposta pelas oligarquias e a exercida pelo imperialismo. A segunda, o modelo de desenvolvimento a ser decidido, uma vez que exatamente as oligarquias não tinham um projeto nacional de desenvolvimento do capitalismo em sentido contemporâneo. Daí a decisão, em parte, do Partido Comunista Brasileiro, que na figura de Luiz Carlos Prestes, decide uma aliança estratégica com Getúlio Vargas para fortalecer a estratégia do desenvolvimento nacional das forças produtivas, obedecendo à lógica etapista do desenvolvimento e organização da revolução rumo ao socialismo. Os grandes movimentos também no continente viveram o movimento pendular entre o seguimento de seus líderes e as possibilidades de ação para além das estruturas populistas ou burocráticas, como o peronismo; o movimento capitaneado por Evo Morales, na Bolívia, deposto recentemente; o chavismo, que procurou articular com as massas de trabalhadores mais pobres e que, no entanto, não foi capaz de, à luz da ortodoxia, formar um proletariado em condições de lutar para construir o caminho para o socialismo e até mesmo o lulismo, que teve, juntamente com o Partido dos Trabalhadores, adaptar-se e adequar-se a uma espécie de modelo keynesiano tardio; ou a experiência de Rafael Correa no Equador que também viu seus esforços fracassarem, após dois mandatos de crescimento e inclusão econômica e social.

Os movimentos marxistas estiveram ou a reboque desses grandes movimentos de massas ou permaneceram isolados, muitos tiveram de ser abrigados em nichos acadêmicos, a fim de manterem as condições materiais e intelectuais para produzirem as teorias necessárias. Há correntes minoritárias que advogam que a luta de classe passa pelo desenvolvimento das forças produtivas, uma industrialização de ponta, porém, no atual estágio do sistema do capital, as condições em que as burguesias locais se encontram, pelo fato de que não apenas decidiram continuar subalternas como, agora, até mesmo os capitalistas industriais têm como sócios majoritários, os bancos e o sistema financeiro como um todo, além disso, as grandes corporações e as transnacionais ditam as regras de funcionamento e a própria saúde das empresas nacionais. É interessante notar, a partir do gráfico que mostra a *Evolução do desemprego nos principais países da América do Sul*, o fato de que justamente os países com maior grau de industrialização mostram os maiores índices de desemprego

País	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Argentina	7,1	7,3	7,8	8,0	8,4	9,2	9,8
Bolívia	2,4	2,0	3,1	3,5	3,7	3,5	3,5
Brasil	7,0	6,7	8,4	11,6	12,8	12,3	12,1
Chile	6,2	6,7	6,5	6,7	7,0	7,2	7,1
Colômbia	9,1	8,6	8,3	8,7	8,9	9,1	9,7
Equador	3,1	3,5	3,6	4,6	3,8	3,5	4,0
Paraguai	4,4	5,0	4,6	5,3	4,6	4,5	4,8
Peru	3,2	3,0	3,0	3,5	3,5	3,4	3,3
Uruguai	6,4	6,6	7,5	7,8	7,9	8,3	8,7
Venezuela	7,5	7,5	7,4	7,4	7,3	7,2	8,8

Unemployment rate -- ILO modelled estimates, Nov. 2019
Downloaded from ILOSTAT. Last update on 10FEB20

Segundo a Tabela acima, dados obtidos da OIT, observamos que Brasil, Argentina, Colômbia e Venezuela, no período de 2013 a 2015 sofreram altas nos índices de desemprego, especialmente o Brasil que passou de 8,4% em 2015 para 12,1% em 2019. Há um claro fenômeno de transferência da capacidade produtiva para o controle de capitais transnacionais. Se bem que todo capital, na atualidade, não é outra coisa que a sua própria transnacionalização.

Ocorre, nesse quesito, a desindustrialização não significa que há menos capacidade produtiva, há a transferência de processos industriais e fabris para o controle de grupos que detêm maior poder de investimentos e financiamentos em escala competitiva e concorrencial. Fica para os capitalistas locais o controle da produção sem grande capacidade de produção de valor, mercadorias que sustentam a base mais baixa da escala de produção.

Os movimentos marxistas e os ditos progressistas vivem dilemas muito profundos, uma vez que a classe trabalhadora está sob a intensa desestruturação, em virtude da reestruturação produtiva que atingiu em cheio a indústria e a agricultura em geral. As revoltas marcaram o ano de 2019, arrefeceram no início deste 2020, as formas de luta estão também fragmentadas, assim como a classe trabalhadora que, somente no Brasil, segundo o IBGE, 41% de sua composição está na informalidade, no subemprego ou nos contratos intermitentes. Encontrar formas e

instrumentos para canalizar a luta dos trabalhadores tem sido um dos grandes desafios e ao mesmo tempo o maior problema dos movimentos marxistas que, difusamente, se colocam na esteira da blindagem que os capitalistas promovem e na esfera de uma confusão quase total acerca das condições de organização política e econômica dos trabalhadores. Justamente no período em que o capital agoniza e lança seus ataques para tentar recompor-se organicamente, tendo às suas portas a quarta revolução industrial, o desmonte dos estados-nacionais, referindo aqui à América Latina em especial, a total precarização da empregabilidade e fato histórico de que o ordenamento jurídico que dava algum alcance de proteção aos trabalhadores também está a ser desestruturado. Todos esses elementos encurralam os movimentos marxistas, as aporias históricas, o movimento real da forma do valor, o fetiche da premência das lutas, a realidade dos trabalhadores no atual contexto etc.

O capital de matriz transnacional invadiu o continente latino-americano sob várias nuances, desde a década de 1980 e estabeleceu novas relações de dominação e poder, transferindo para os países latino-americanos a submissão direta, fazendo com que os capitalistas locais assumissem de modo cada vez mais evidente e explícito, não apenas a dependência econômica, mas a dependência quanto à tomada de decisões econômicas e políticas no âmbito do quintal das oligarquias nacionais.

Os marxistas mais tradicionais acreditam que a revolução deve ser protagonizada pela fração da classe trabalhadora que está na indústria, em outras palavras, o proletariado fabril está cada vez mais minguido, no entanto, para esses marxistas é condição *sine qua non* o papel dos trabalhadores que estariam nas bases produtivas. No desenvolvimento das forças de produção é gradativa e substancial a participação da ciência, como forma material do capital, que engendra as novas tecnologias e cuja velocidade de implantação aumenta drasticamente, a ponto de tornar obsoleta até mesmo a classe trabalhadora e, sobretudo, o proletariado industrial.

É preciso notar que não é no interior do rio, como uma metáfora, que a revolução ocorrerão para dar fim e cabo ao capital, é nas suas margens que o processo ocorrerá de forma a que, ao mesmo tempo em que o capital nos abandona, as margens crescem e se tornam o novo esteio da luta anticapitalista.

A dívida

Segundo o *Institute of International Finance* (IFF, 2020), com pesquisas e levantamentos, tendo como fontes o FMI (2019) e o *Bank for International Settlements* (BIS, 2019), a dívida total global, nos três primeiros trimestres de 2019, chegou a 252,6 trilhões de dólares.

A soma do PIB produzido mundialmente, em 2019, chegou a 86,593 trilhões de dólares. Ou seja, na verdade, as dívidas mundiais representaram 2,92 vezes mais que o PIB mundial, isto é, 392% do produto interno bruto produzido pelos países mundo afora.

Os 252,6 trilhões foram divididos da seguinte forma: 1) Dívida das famílias: 47,5 trilhões; 2) Dívida das empresas e corporações não-financeiras: 3) 74,4 trilhões; 4) Setor financeiro: 61,5 trilhões; 5) Governos: 69,2 trilhões. Além disso, ainda segundo o BIS (2019), o mercado de derivativos apontou 640,44 trilhões de dólares de movimentação ao final de 2019. Ou seja, apenas entre as dívidas totais e o mercado de derivativos, algo em torno de 893,04 trilhões de dólares.

No geral, a dívida das famílias chegou a 47,5 trilhões de dólares, um aumento de 3,71% em comparação ao mesmo período anterior (2018). As corporações e as sociedades não-financeiras, chegaram a 74,4 trilhões de dólares, ou, um acréscimo em suas dívidas de 4,35%, o setor financeiro amargou uma dívida de 61,5 trilhões de dólares, 1,32% de aumento em relação aos nove meses de 2018 e, por fim, os estados-nacionais aumentaram suas dívidas para 69,2 trilhões de dólares, um aumento de 12,5% - ou seja, o maior entre as esferas econômicas que contraem dívidas. De qualquer modo, todos os agentes sociais e econômicos estão endividados de forma substancial e o sistema financeiro suga da própria base do capital, a sua sobrevivência.

Em termos globais, as dívidas das famílias somaram 60,2% em relação ao PIB mundial, nos primeiros quatro meses de 2019. Nos países emergentes da Europa, no mesmo período, a dívida das famílias, em relação ao PIB foi de 20,3%. Nos três primeiros quadrimestres de 2019, a dívida das famílias, na América Latina foi de 23,7% do PIB da região. No Brasil, foi de 28,7%, no Chile, de 47,2%, Na Colômbia, 27,0% e no México 16,7%.

Nos mercados mais desenvolvidos, a dívida das famílias chegou a 72,2% do PIB, as empresas não financeiras e corporações contraíram uma dívida de 91,3% do PIB. No entanto, o que mais chama atenção é o fato de que a dívida dos governos de países desenvolvidos ultrapassou os 100% do PIB, chegou, no período, foi de 109,9% e as dívidas do setor financeiro também chegou a um índice de 109% do PIB. Observa-se que a dívida dos países cujos mercados são mais competitivos, é maior que em países de economias ditas emergentes. Isto pode ser traduzido pelas condições de transferência de valor para os centros do capital.

Nos países emergentes da Europa, no mesmo período, a dívida das famílias, em relação ao PIB foi de 20,3%. Nos nove primeiros meses de 2019, a dívida das famílias, na América Latina foi de 23,7% do PIB da região. No Brasil, foi de 28,7%, no Chile, de 47,2%, Na Colômbia, 27,0% e no México 16,7%. Enquanto a dívida das empresas não financeiras e

corporações na América-Latina chegou a 38,1%.

Tabela 2 – Quadro das dívidas gerais

Mercados	Dívidas das Famílias		Sociedades não-financeiras/corporações		Governos		Setor Financeiro	
	Q3 2019	Q3 2018	Q3 2019	Q3 2018	Q3 2019	Q3 2018	Q3 2019	Q3 2018
Mercados emergentes na América Latina	23.7	22.7	38.1	36.8	66.8	67.3	27.8	28.8
Mercados Emergentes	40.3	38.4	94.4	93.4	52.1	49.9	35.1	34.8
Mercados Desenvolvidos	72.2	72.3	91.3	90.6	109.9	107.5	109.0	109.7
Mercados Emergentes na Europa	20.3	20.1	51.6	55.7	30.4	30.5	19.1	20.4
Dívidas Globais	60.2	59.6	92.5	91.6	88.3	86.0	81.4	81.7

Fonte: IIF, BIS, IMF, Haver, National Sources. *Household debt incorporates outstanding bank loans. Financial sector debt and non-financial corporate debt incorporate cross-border and domestic bank loans as well as onshore/offshore outstanding bonds. Government debt is extrapolated with IMF-WEO database. For details, see the “General Information” section of our database.

É interesse citar que nos países de mercados desenvolvidos, as dívidas, nos quatro setores econômicos ali apresentados, conforme a Tabela 2, são maiores que nos países de mercados emergentes. O endividamento global segue a tendência de drenar o capital para as economias mais desenvolvidas, gerando volumes de capital financeiro que é, por sua vez, sustentado a partir da extração de valor dos países de economias emergentes. Daí a tendência à exploração da força de trabalho em contradição ao endividamento exponencial das empresas, corporações, famílias e governos – isto se aprofunda nos países sul-americanos cuja média salarial anual é menor, como veremos a seguir.

Nessa esteira, uma vez que a produção do valor das mercadorias em escala global está se reduzindo drasticamente e a base material do valor não sustenta a própria produção, o endividamento também em escala mundial se torna necessidade imperiosa. A dita superacumulação de capital é, por sua vez, uma das expressões do endividamento, considerando, aqui, a necessidade de financiamento tanto da produção futura e passada, quanto do consumo das mercadorias, futuras dos estoques que encaixam em proporções gigantescas. Além disso, nos países de mercados mais desenvolvidos, os processos materiais de produção atingiram níveis tecnológicos altíssimos e por isso, financiar e refinanciar a base material do valor passou a ser a única pedra de toque. Em outras palavras, o capital abandona a sua base material, que o constituiu, para assumir a sua forma pura – capital.

A América Latina, assim como a África e enormes contingentes asiáticos, drenam para as economias mais desenvolvidas parte do mais-valor realizado por meio da exploração

absoluta e das formas contingenciais de exploração. De acordo com a OCDE¹, nos países europeus de mercados mais desenvolvidos, o tempo médio semanal da força de trabalho não atinge as 40 horas.

A média mínima foi observada, em 2018, nos Países Baixos, com 30,4 horas semanais e a maior média entre os mercados mais desenvolvidos, citamos a Lituânia com 38,7 horas semanais. Entre os países da OCDE, a média semanal da força de trabalho foi de 37,4 horas.

Os países latino-americanos, pesquisados e apresentados pelos dados da OCDE, temos a média semanal dos trabalhadores brasileiros com 39 horas. O Chile com 41,3 horas semanais, Costa Rica com 42,7 horas, México com 43,4 horas e na Colômbia os trabalhadores venderam em média, a sua força de trabalho, em 44,6 horas semanais. Os trabalhadores, nos EUA, também em 2018, segundo pesquisa da OCDE, trabalharam em média, 37 horas por semana.

Os dados, em geral, nos mostram que os trabalhadores em mercados emergentes e economias dependentes trabalham mais, em médias semanais, enquanto o oposto ocorre nos países de economias centrais. Significa, portanto, que a transferência da extração de mais-valor é maior nos países dependentes e de mercados menos desenvolvidos.

De acordo com o Banco Central (2020), em 2018, os investimentos externos, de capitalistas estrangeiros no Brasil somaram 499,29 bilhões de dólares. Os investimentos de capitais brasileiros, no mesmo ano, somaram 345,71 bilhões de dólares. Ou seja, os estrangeiros investiram mais do que os brasileiros, no próprio capitalismo nacional.

Por outro lado, os investimentos de capitais brasileiros no exterior somaram 493,18 bilhões de dólares. Destes, 171,518 bilhões pertenciam a pessoas físicas e U\$ 321,66 bilhões a pessoas jurídicas. O total de declarantes brasileiros com investimentos de capitais no exterior em 2018 foi de 63464, dos quais 58597 eram pessoas físicas e 4867 pessoas jurídicas. Acima de 1 bilhão de dólares investidos, somaram apenas 46 capitalistas brasileiros declarados. Os capitalistas brasileiros tinham, em 2018, um montante de quase meio trilhão de dólares aplicados e investidos no exterior.

Além disto, de acordo com Department of the Treasury/Federal Reserve Board (2020), a dívida pública dos EUA do ponto de vista de seus títulos mantidos por compradores externos, em janeiro de 2020. 25,88% da dívida fazem parte de participações intragovernamentais. Dessa forma, a participação ficou dividida da seguinte forma.

Japão	U\$ 1,21 trilhão	17,67%
-------	------------------	--------

¹ (Dados extraídos em 12 Mar 2020 14:01 UTC (GMT), em OECD.Stat.

China	U\$ 1,08 trilhão	15,73%
Outros Países	U\$ 498,9 bilhões	7,27%
Reino Unido	U\$ 372,70 bilhões	5,43%
Brasil	U\$ 283,30 bilhões	4,13%

Agora é possível compreender o que ocorre no Brasil, a razão pela qual o capital, em especial, no Brasil, abandonou a economia real.

Produtividade da força de trabalho

Tabela 3 – Latino-americanos

País	U\$
Honduras	10353
Nicarágua	10605
Bolívia	14893
Venezuela	16186
El Salvador	18191
Guatemala	18932
Equador	21564
Peru	23024
Paraguai	24754
Colômbia	28301
Brasil	32232
Costa Rica	36693
México	41554
Argentina	42086
Chile	49464

Tabela 4 - Europeus

País	U\$
Rússia	52971
Portugal	61357
Reino Unido	81370
Espanha	84686
Alemanha	90492
Finlândia	91372
Itália	92296
Suécia	95155
França	96446
Países Baixos	97622
Dinamarca	97696
Bélgica	103779
Suíça	106530
Noruega	129989
Irlanda	155654
Luxemburgo	199367

Tabela 5 - Regiões

Regiões e Países	U\$
África	13541
ASEAN	24668
Ásia Central	27917
Ásia e Pacífico	29413
América do Sul	30704
China	32002
América Central	35736
África do Norte	37250
Mundo	37782
G20	45968
Américas	63171
Coreia do Sul	71122
Sul da Europa	78891
União Europeia 28	84501
Canadá	85726
Europa do Norte	88848
G7	98377
América do Norte	113081
Estados Unidos	116384

Fonte: ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. Output per worker (GDP constant 2011 international \$ in PPP)²

O tempo de trabalho é, de fato, o elemento principal da produção de valor do capital. O Capital não se realiza na sua adequação perfeita a não ser na extração do tempo excedente da

² Produção por trabalhador (PIB constante em 2011 \$ internacional em PPC) – estimativas modeladas.

força de trabalho. É nesse aspecto que as forças políticas e econômicas aumentam os mecanismos de exploração, controle e submissão à produção de valor, especialmente nos países latino-americanos e na totalidade dos países sul-americanos, assim como nos africanos e asiáticos.

A produtividade dos trabalhadores nos mercados consolidados e desenvolvidos, com suas empresas e corporações dominantes, é maior do que nos países periféricos, dependentes com baixa capacidade tecnológica. Isto, no entanto, não se verifica com a China, país onde o alto grau de desenvolvimento científico-tecnológico é altíssimo, mas a produtividade da força de trabalho foi, em 2019, de aproximadamente U\$ 32 mil anuais (Tabela 5), enquanto, em média, a força de trabalho nos EUA, foi de U\$ 116 mil (Tabela 5), quase quatro vezes mais. O fato também importante é que a China produziu em 2019 o segundo maior PIB do mundo, com U\$ 14 trilhões de dólares produzidos e comercializados mundo afora. Isto indica um sistema de exploração brutal e grandioso sobre os trabalhadores chineses, os quais perceberam em 2018 (Tabela 7), uma média salarial de U\$ 847,00 mensais. O emprego da força de trabalho na China ainda é gigantesco e a exploração da força de trabalho, apesar dos avanços tecnológicos e das forças de produção, não impingiram aumentos consideráveis na produtividade dos trabalhadores em comparação à média salarial, segundo a OCDE.

Se compararmos a produtividade dos países latino-americanos (da América Central e do Sul), com os da Europa e mesmo alguns desenvolvidos do ponto de vista das forças produtivas, veremos uma diferença brutal. O país cuja força de trabalho é de menor produtividade, entre os elencados, entre os europeus, segundo a OIT, a Rússia, apresentou um ganho anual de U\$ 52.971, enquanto o país latino-americano com o maior índice de produtividade, o Chile, a força de trabalho chegou a produzir, em média geral, U\$ 49.464. No Brasil, a força de trabalho chegou a produzir U\$ 32.232 no ano de 2019.

No continente americano, a produtividade anual chegou a U\$ 63.171, enquanto na América do Sul foi de U\$ 30.704, na América Central foi de U\$ 35.736. Nos 28 países que constituem a União Europeia, a produtividade chegou, em 2019, à média de U\$ 84.501. Na América do Norte a produtividade média, no mesmo ano, segundo a OIT, foi de U\$ 113.081, apenas abaixo da produtividade dos trabalhadores estadunidenses.

Isto mostra que os mercados mais desenvolvidos e com maior emprego de tecnologias, a produtividade é maior e o tempo de trabalho é inversamente proporcional. Enquanto isso, nos países latino-americanos, o tempo de exploração de força de trabalho é maior e a produtividade é menor. No entanto, a diferença do tempo médio nos países de capitalismo mais desenvolvido não chega a ser tão significativa em relação aos sul-americanos em especial.

Então, como se processa a transferência de valor e mais-valor, da periferia para o centro? Dá-se pela compensação em aumentar ainda mais o tempo de trabalho excedente e diminuir os salários médios. Vejamos no próximo tópico a esse respeito.

Salários médios em 2019

Tabela 6 – Países Latino-americanos

País	U\$
Honduras	278
El Salvador	332
Guatemala	342
México (2012)	392
Bolívia	449
Equador	515
Brasil	625
Argentina	657

Tabela 7 – Demais países

País	U\$
Rússia (2017)	662
China (2016)	847
Portugal	1048
Espanha	2265
Itália	2580
Japão	2773
Reino Unido (2017)	3013
Finlândia	3645
Irlanda	3886
EUA (2010)	4417
Alemanha	5050
Noruega	5608
Luxemburgo	5958

Fonte: ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. Mean nominal monthly earnings of employees by sex and economic activity -- Harmonized series null³.

Ao comparar os ganhos salariais médios entre os países, é fácil verificar a quase brutal diferença entre os países latino-americanos e os europeus, como a China, o Japão e os EUA. Os trabalhadores latino-americanos, no geral, trabalham mais tempo, sua produtividade é menor e seus salários são bem menores, na média geral, que os dos trabalhadores europeus, japoneses e mesmo os chineses. Em termos gerais, o capitalismo praticado na América Central e Sul, não parece ser tão rentável, até mesmo do ponto de vista do processo de transferência de valor e de dependência econômica. Até que ponto, de fato, a economia global depende da América Central e Sul para realimentar o capital? Os mercados mais ricos também são os mais endividados e as

³ Média mensal de ganhos nominais dos empregados, por sexo e atividade econômica - Série harmonizada.

famílias dos trabalhadores também são mais endividadas do que as famílias dos trabalhadores na América Latina como um todo. Somente os lucros altíssimos, a extração de mais-valor acima das médias mundiais para que seja transferida em escala suficiente e, sobretudo, o endividamento dos estados-nacionais pode garantir uma brutal extração de capital a ponto de compensar tal situação, especialmente do ponto de vista dos interesses dos capitalistas da região. No entanto, os dados mostram que o capital, na sua estrutura, praticado na América Latina, não alimenta a produção de valor global, apenas em parte. Por outro lado, o capital global ainda se fixa nos fluxos das corporações e da exploração da força de trabalho que ainda é mais valorizada no mercado das mercadorias. A dependência ocorre de fato porque a economia dos países latinos absorve tecnologia necessária para produção de bens de consumo, tecnologia para as máquinas da grande indústria.

Porém, não parece tão evidente que a superexploração seja o elemento que mantenha o capital na sua recomposição orgânica. Na América Latina, em especial, nos países da América do Sul, a superexploração é patente, sob todos os aspectos da extração do mais-valor.

Tabela 8 – Massa salarial em relação ao PIB de cada país latino-americano

Regiões e Países	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Argentina	40,6	41,5	42,4	45,9	50,2	49,3	52,3	57	58,9	60	59,1	60,1	58,5
Brasil	56,9	58,2	56,8	57,5	59,3	57,9	58,3	58,1	59,2	59,4	61,9	61,6	60,4
Chile	60,6	54,8	51,6	53,8	52,4	54,6	59,7	59,7	60,2	60,7	61,4	62	62,1
Colômbia	51,8	51,4	51,5	50,8	53,6	53,9	51,7	52,7	52,8	52,4	52,7	53,1	53
Costa Rica	57,1	57	56	57,3	59,9	56,4	55,7	56	57,7	56,6	56,5	55,8	56
Equador	44,6	45,2	45,6	44,3	49,3	47,8	48,8	50,9	51,8	51,2	53,2	53	52,1
El Salvador	45,7	44,2	45,6	45,6	47,7	45,5	44,8	45,1	45,2	44,7	45,3	45	45
México	37,7	36,4	36	35,9	37,2	35,3	34,7	34,5	34,9	34,3	34,3	34,4	34,6
Paraguai	55,2	54,2	53	52,3	53,9	51,2	52,1	53,9	50,9	51,7	53	51,8	52,3
Peru	47	45,6	44,9	46,7	46,7	44,7	43,3	44,7	44,3	46,4	46,5	45,6	46,1
Uruguai	44,9	45,8	47	45,5	47,1	46,6	46,6	45,9	45,8	46,4	47	46,9	46,7

Fonte: ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. Labour income share as a percent of GDP -- ILO modelled estimates, July 2019 (%)⁴

De todos os países acima elencados, o México é o país cuja massa salarial, em relação ao seu próprio PIB, foi a mais baixa entre 2005 a 2017, entre os países latino-americanos. Argentina, Chile, Brasil, Costa Rica, Colômbia, Equador e Paraguai, experimentaram rendas salariais acima dos 50%, chegando a 62,1% com os trabalhadores chilenos.

⁴ Participação na renda do trabalho como porcentagem do PIB - estimativas da OIT, julho de 2019 (%).

Tabela 9 – Massa salarial das regiões em relação ao PIB (2005-2017)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
África	46,4	46,2	45,7	45,2	46,1	45,7	46,7	46,6	47,2	47,5	47,9	47,5	47,4
Américas	57	56,8	56,8	56,9	57,2	56	55,9	56,1	56	56,1	56,6	56,5	56,1
Ásia e Pacífico	50,1	49,4	48,8	50	50,5	49,1	49	49	49,1	49,4	49,3	49,2	49
BRICS	52,2	51,3	50,7	52,2	53,5	51,8	50,6	50,7	51,5	51,9	52	51,9	51,6
Europa Oriental	48,9	49	49,6	51,2	54,2	52,1	47,7	48,3	49,8	50,1	49,2	50,2	50,1
Europa e Ásia Central	56,2	55,8	55,9	56,3	58,2	57	55,2	55,3	55,3	55,3	54,8	55	54,6
União Europeia (28)	59,2	58,8	58,9	59,1	60,4	59,8	58,8	58,9	58,5	58,4	57,8	57,9	57,6
América Latina e Caribe	48,3	48,2	47,6	48,2	50,4	49	49,3	49,8	50,5	50,8	51,1	51	50,5
África do Norte	40,5	40	39,5	38,8	39	38,8	40,1	39,3	40,3	40,8	40,3	39,6	39,7
América do Norte	60,7	60,6	60,9	61,1	60,5	59,4	59,2	59,3	58,8	58,7	59,3	59,2	58,8
Europa do Norte	56,8	57,2	57,7	57,7	59,4	58,4	57,1	57,1	57,1	56,5	55,5	55,7	55,4
América do Sul	51,8	52,2	51,4	52,1	54,7	53,3	53,9	54,9	55,7	56,6	57,4	57,5	56,8
Mundo	53	52,5	52,3	52,6	53,5	52,2	51,5	51,5	51,5	51,7	51,8	51,7	51,4

Fonte: ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. Labour income share as a percent of GDP -- ILO modelled estimates, July 2019 (%)⁵

O levantamento obtido pela OIT⁶, conta dos anos 2005 a 2017, sobre a participação da renda dos salários no PIB. O quadro acima é extremamente revelador. A América do Norte apresentou uma queda nessa participação, partiu de 60,7% em 2005 e chegou a 58,8% em 2017. A América do Sul, contrariamente, viveu um crescimento relativo dos salários em relação do PIB da região – passou de 51,8% em 2005 e em 2017 atingiu 56,8%. Por outro lado, sobre os dados relativos mundiais, houve uma queda da participação da força de trabalho, de 53% para 51,4%, no mesmo período. Na União Europeia, os salários representavam 59,2% do PIB em 2005 e em 2017, 57,6%. Em 2017, último ano de contagem dessa amostragem, o maior índice relativo coube aos salários na América do Norte, com 58,8%, em seguida, a União Europeia, com 57,6% e, surpreendentemente, a América do Sul com 56,8% de participação em relação ao PIB.

⁵ Participação na renda do trabalho como porcentagem do PIB - estimativas da OIT, julho de 2019 (%).

⁶ As observações imputadas não se baseiam em dados nacionais, estão sujeitas a alta incerteza e não devem ser usadas para comparações ou classificações de países. Esse indicador mostra em porcentagem a parcela da renda total do trabalho acumulada em cada decil. A renda do trabalho inclui a remuneração dos empregados e parte da renda dos trabalhadores independentes. Trabalhadores independentes ganham tanto com o trabalho quanto com a propriedade do capital. A remuneração total dos empregados refere-se à remuneração, em dinheiro ou em espécie, a pagar por um. Por outro lado, as médias de massas salariais, por países, regiões e continentes também devem ser relativizadas à medida que as somas encontram dificuldades dadas as condições da massa trabalhadora, especialmente o grande contingente de trabalhadores ocupados na informalidade, sob várias insígnias.

Ou seja, se considerarmos a capacidade de renda dos salários comparada à produção geral da riqueza capitalista, chegamos à conclusão de que, no máximo, em 2017, os trabalhadores no mundo, com seus salários, representavam 51,4% do PIB por eles próprios produzidos. Isto significa que, em 2017, a grosso modo, 48,6% do PIB, somente nesse ano, permaneceram ociosos, num primeiro momento, sem levarmos em conta todas as artimanhas creditícias para fazer circular o montante de mercadorias e serviços produzidos pelo sistema mundial do capital. em quase todas as regiões, exceto a América do Sul, onde houve uma gradativa diminuição dos salários em relação à riqueza produzida pelos próprios trabalhadores. Isto também pode explicar o que tem ocorrido nos países sul-americanos em geral – golpes, rebeliões populares, medias restritivas, arrocho fiscal, reformas trabalhistas, previdenciárias e administrativas. Os salários atingiram um nível que o capital não pode tolerar nas relações de produção e nas relações de exploração.

Em outro sentido, houve gradativo aumento da produtividade capitalista – a massa da força de trabalho tem atuado para o incremento do PIB mundial, assim como nos países e regiões, se bem que é preciso também considerar o fato de que houve retração do PIB em geral.

O quadro abaixo, elaborado a partir de dados do FMI (2019), mostra, a exemplo da participação dos salários, uma queda nos índices gerais do PIB, relativa à sua evolução de 2005 a 2017, a fim de obedecer ao mesmo período. A única região que manteve índices médios mais altos que o resto do mundo foi a Ásia, mesmo experimentando uma queda gradativa. Este continente, em geral, aliado ao Pacífico, de 7,3% em 2005 para 5,7% em 2017. A América do Norte, passou de 3% para 2,4%, houve uma recuperação entre 2015 para 2017, respectivamente, 2,8%, 1,7% e 2,4%. Por sua vez, a América do Sul passou de 5,1% em 2015 e chegou em 2017 com uma variação no PIB de 0,6% em relação ao ano de 2016.

Tabela 10 – Evolução do PIB das regiões (2005 a 2017)

Regiões e Continentes	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
África	6	5,8	6,2	4,5	3,2	5,9	3	6,8	3,7	4	3,3	2,1	3,6
Ásia e Pacífico	7,3	7,8	8,7	5,1	4,3	8,4	6,4	5,7	5,9	5,6	5,6	5,4	5,7
América Central	4,3	6,1	6,9	4,7	-0,5	3,9	5,6	5,1	3,9	3,9	4,2	3,8	3,7
Leste da Ásia	7,2	8,2	9,5	5,7	4,5	8,8	6,7	5,8	6	5,5	5,3	5,2	5,5
Europa	3	4,3	4,2	1,6	-4,8	2,5	2,4	0,4	0,6	1,6	1,5	1,8	2,6
África do Norte	5,7	5,4	5,6	2,8	3	4,3	-0,2	12,1	1,4	1,9	3,7	3,2	4,8
América do Norte	3,3	3	1,9	0,1	-2,8	2,8	1,9	2,3	1,8	2,6	2,8	1,7	2,4
América do Sul	5,1	5,7	6,7	5	-1	6,7	5	2,6	3,3	0,6	-1,1	-2,4	0,6
Sul da Ásia	8,9	8,6	9	4,2	7,2	9,1	6,3	5,4	6	6,9	7,4	7,6	6,9
Sudeste da Ásia	5,8	6,1	6,6	5,2	2,3	7,4	4,9	6,1	5,1	4,7	4,9	4,8	5,3
Europa Ocidental	2	3,2	2,9	0,3	-4,3	2,1	1,6	-0,5	0,2	1,7	2,3	1,9	2,4

Hemisfério Ocidental (Região)	3,7	3,6	3	1,2	-2,4	3,7	2,6	2,4	2,2	2,1	1,9	0,9	2
ASEAN-5	5,3	5,5	6,2	5,4	2,4	6,9	4,7	6,2	5,1	4,6	4,9	5	5,3
Países emergentes e em desenvolvimento na Ásia	9,3	10,1	11,2	7,3	7,6	9,6	7,9	7	6,9	6,8	6,8	6,7	6,6
Euro área	1,7	3,3	3	0,4	-4,5	2,1	1,6	-0,9	-0,3	1,4	2,1	1,9	2,5
União Europeia	2,3	3,6	3,3	0,8	-4,2	2	1,8	-0,4	0,3	1,9	2,5	2,1	2,8
América Latina e Caribe	4,4	5,5	5,6	4	-2	6,1	4,6	2,9	2,9	1,3	0,3	-0,6	1,2
Países do G7	2,6	2,6	2	-0,2	-3,7	2,8	1,6	1,4	1,4	2	2,2	1,5	2,3
Oriente Médio e Ásia Central	6,3	6,4	5,8	4,3	1,2	4,9	4,6	4,9	3	3,1	2,6	5	2,3
Outras economias avançadas	4,1	4,8	5,1	1,8	-0,8	6	3,4	2,2	2,5	2,9	2,3	2,4	2,9
Mundo	4,9	5,5	5,6	3	-0,1	5,4	4,3	3,5	3,5	3,6	3,5	3,4	3,8

Fonte: IMF – International Monetary Fund. Real GDP growth. Annual percent change

A Europa também viveu uma queda de sua produção capitalista, de 3% de aumento, de 2005 em relação a 2004, chegou a 2,6% de 2017 em relação a 2016. Por outro lado, o Sul da Ásia teve ainda aumentos mais significativos no seu PIB, de 2005 a 2017, mesmo havendo uma queda gradual a partir de 2010. Verifica-se, no quadro que o Sul da Ásia teve um aumento de 8,9% em 2005 e chegou em 2017 com um aumento de 6,9% no PIB, mesmo havendo uma queda significativa, manteve um índice alto em relação ao resto do mundo. A Ásia extrema e a Ásia do Sul são as duas regiões agregadas que tiveram o maior crescimento de produção de riqueza de mercadorias no mundo, no período apontado. Essas regiões, em grande medida, sustentaram a produtividade e o capital das mercadorias no mundo real, enquanto o mundo baixou de 4,9% em 2005 para 3,8% em 2017. O capitalismo sobreviveu nas duas primeiras décadas do século XXI com o incremento das economias e das corporações dos países asiáticos.

A queda do PIB e a queda proposital dos salários em relação à participação no PIB explicam, em parte a crise e a guerra que se instaurou contra os trabalhadores em geral, notadamente na América do Sul. Os trabalhadores não poderiam, em hipótese alguma, adquirir tudo aquilo que a força de trabalho produz, por meio de seus salários. Ao diminuir gradativamente o PIB, a massa salarial deve também ser reduzida, no mínimo, na mesma proporção e velocidade. Em parte, isso explica a derrocada dos governos nos países sul-americanos, com golpes, ascensão de políticas neoliberais, cerceamento de direitos etc.

As médias salariais nos países latino-americanos foram baixas, apesar de que a participação das massas salariais dos países sul-americanos havia chegado a 56,8% do PIB em 2017, no entanto, o crescimento do PIB, em relação ao ano anterior foi de 0,6%. Passa a ser sintomática a reação do capital, ao diminuir a produção da base da riqueza, a tendência é

avançar sobre os nacos das massas salariais e, inversamente, aumentar o refinanciamento do capital para que ganhe fôlego nos mercados futuros.

Em 2019, segundo os dados da OIT, a América do Sul empregou 12,6% da força de trabalho formal na Agricultura, 10,9% na Indústria, 7% na Construção Civil, 6,4% dos trabalhadores na Educação. Em condições gerais, os setores da Agricultura e Indústria, juntamente com a Construção, somaram um total de 30,5%, perfazendo o restante, no campo dos Serviços, 69,5%.

A América do Norte teve os seguintes índices: Agricultura 1,4%, Indústria 10,4%, Comércio, com 13,9% e Educação 8,9%. O Total de empregados no setor de Serviços foi de 80,6%. Nas Américas, como um todo, 72,4% dos trabalhadores foram empregados nos Serviços. As Américas mantiveram 9% de seus trabalhadores na Agricultura, 11,3% na Indústria e 7,3% na Construção.

A União Europeia somou na Agricultura 3,9% de seus trabalhadores empregados, 15,3% na Indústria e 6,8% no Comércio. Na Educação, em 2019, contou com 7,7% do total dos trabalhadores empregados. Portanto, 74% dos trabalhadores empregados estavam no Setor de Serviços.

A África registrou no mesmo ano de 2019, um índice de 49% de trabalhadores na Agricultura, 7% na Indústria e 4,5% na Construção. Assim, o setor dos Serviços compreendeu um total de 39,5%.

Já na Ásia e Pacífico, a Agricultura representou 30,5% dos empregados, a Indústria empregou 16,3% e a Construção com 8,4%. Sendo assim, o setor dos Serviços chegou a empregar 44,8% dos trabalhadores.

Por fim, o Mundo registrou, em 2019, 26,8% de trabalhadores empregados na Agricultura, 14% cravados na Indústria e 7,6% na Construção. 51,9% dos trabalhadores, em 2019, estavam empregados nos Serviços em geral, no mundo.

Podemos inferir que mesmo que a Europa tenha maior desenvolvimento tecnológico, no que tange à indústria, o continente emprega trabalhadores em taxas maiores que os países latino-americanos.

O fenômeno de desindustrialização significa que a diminuição do setor é relativa. Há um processo de concentração das capacidades científicas e tecnológicas em subsetores da indústria, áreas de ponta que atraem os maiores investimentos. Há uma transferência científico-tecnológica que pode caracterizar a chamada desindustrialização. Os índices relativamente altos para o continente latino-americano implicam a empregabilidade em áreas de produção de bens de consumo. Essa realidade denota uma dependência nas relações de produção. Por outro lado,

a tendência observada ao longo das últimas décadas é, de fato, uma menor empregabilidade no setor industrial, tanto na Europa quanto na América-Latina, esta, por sinal, atualiza as forças de produção, importando o conhecimento científico-tecnológico para suprir suas necessidades produtivas básicas. Dessa forma, a queda da empregabilidade no continente será ainda maior em comparação aos países da Europa.

Quanto à Agricultura os países latinos ainda empregam taxas superiores às dos países europeus. Os países europeus constados da tabela, mostram-nos que o número de trabalhadores empregados nesse setor é menor, em comparação aos países latino-americanos. O Brasil experimenta um aumento da inclusão de tecnologias no processo mecanizado da agricultura, desde há duas décadas, ao menos, o que tem eliminado postos de trabalho nesse setor da economia, gradativamente. Isto demonstra, a contradição nessa questão. Inversamente, a tecnologia não ingressou com proeminência, dadas as condições em que se apresentam as terras agriculturáveis. O Brasil, de todos, tem a maior extensão territorial agriculturável. Daí o grande aparato desenvolvido para a produção de ponta e o descarte da força de trabalho. É preciso levar em conta as relações de produção acerca da capacidade de mobilização dos trabalhadores no campo. No Brasil, em especial, devido às profundas reestruturações desse setor, este experimentou um número reduzido de paralisações. Enquanto o nível de mobilizações em que há maiores índices de trabalhadores no campo é bem maior. Equador, Bolívia Colômbia.

O capital abandona os sul-americanos?

Parece um absurdo pensarmos dessa forma. Mais absurdo dizer que um sistema social nos abandonou. Seria mais estranho acreditar que um modo social e global de produção das coisas e da riqueza tivesse espírito próprio e, por algum motivo, até mesmo alheio à sua vontade, abandonasse a sociedade, da qual suga sua própria existência. Seria até mais adequado esperarmos que alguém de nós o abandonasse, que coletividades fossem capazes de sair do capital e encontrassem novas formas de sociabilidade. Para isso é preciso, antes de mais, compreender a dimensão que o capital assumiu no desenvolvimento de seu próprio movimento histórico. Em quase 300 anos, um sistema de produção material e, em especial, de riqueza, mudou o mundo, alcançou e dominou todas as esferas de sociabilidade. O capital impôs o sistema de seu conteúdo a todas as sociedades, organizadas a partir de suas determinações, obrigadas a se adaptarem a uma mesma forma social, adequando-se aos seus mecanismos formais, institucionalizando os mecanismos estruturais de controle do capital.

Justamente no período histórico em que a maior parte da população mundial aderiu ao capital de forma sublime, resiliente e ideologicamente engajada, o capital, como um ser, tenta

se desprender do mundo que ele aparentemente criou. Seria uma lua de mel perfeita, afinal, o capital atingiu o ápice de sua condição histórica, a tautologia social, algo para além do que Hegel poderia imaginar. Contrariamente, Platão sonhava com a possibilidade da alma se libertar do mundo sensível e rumar liberta para o hiperurânio. Em certa medida, a luta pela liberdade da alma é semelhante à luta do capital contra o trabalho abstrato. O capital ideal seria, sobretudo, ele por ele mesmo, o que, ao longo de sua história, observou-se claramente essa condição – o capital é uma lógica que sobrevive por si e em si, no entanto, para se concretizar, realiza-se para si no âmbito das formas de exploração que lhe dão a vida, a forma estruturada, que garante a vida do seu núcleo. Tem-se, aqui, um problema de fundo. O capital necessita visceralmente do tempo excedente do trabalho socialmente determinado ou o capital apenas utiliza esse instrumento – a força de trabalho – porque não encontrou ainda a sua liberdade total?

Para o capital, o trabalhador não é uma condição de produção, mas o trabalho. Se ele puder realizá-lo por meio de máquinas ou até por meio da água, do ar, tanto melhor. E o capital não se apropria do trabalhador, mas do seu trabalho – não diretamente, mas pela mediação da troca. (MARX, 2011, p. 661)

O que isto quer dizer? O que Marx revela nesse pequeno trecho acima apresentado? O ponto importante é que Marx afirma que “o trabalhador não é uma condição de produção”. A afirmação parece um soco no estômago de todos os marxistas. O que importa ao capital é o resultado da produção e não quem a realiza. Por isso, o trabalhador é um dado a mais, um simples e mero elemento descartável, o que vale, fundamentalmente, é o que se produz, a forma mercadoria que estrutura as relações sociais do capital. Isso parece derrubar a crença generalizada de que o capital necessita dos trabalhadores – sua condição é “o trabalho”. Há, portanto, uma questão de fundo nessa questão.

O produto do “trabalho” não é exatamente o trabalhador, a exploração sobre o trabalhador tem como função arrancar-lhe o tempo excedente de produção, como Marx afirma, “o trabalhador não é uma condição de produção”, por isso ele é descartável. Isto não significa que os trabalhadores não existam, ao contrário, são reais no processo de exploração, no entanto, não têm importância para o capital, à medida que ele pode, em determinado período histórico substituí-los por outra forma de produção. O capital tem a sua própria condição, “não se apropria do trabalhador, mas do seu trabalho”, ainda mais no que concerne à sua forma, que é dada pela mediação da troca. Se o capital pode se valer de outro meio, o fará, mais cedo ou mais tarde.

Esses são, por um lado, pressupostos teóricos para que o trabalhador seja encontrado como trabalhador livre, como capacidade de trabalho sem objetividade, puramente

subjetiva, confrontada com as condições objetivas da produção como a sua não propriedade, como propriedade alheia, como valor existente por si mesmo, como capital. Por outro lado, porém, é de se perguntar: quais condições são necessárias para que o trabalhador encontre um capital confrontado consigo? (MARX, 2011, p. 661-662)

Para o capital nem para o trabalhador, o trabalho não tem objetividade, ou, ainda, não porta nenhum conteúdo. O trabalhador produz e se vê envolvido pela produção, uma vez que lida com a natureza de sua condição material que é, substancialmente, produção de mercadorias. De tudo isso, o fato que impera é o fato de que a sociedade humana foi colonizada pelo capital, de tal modo que até mesmo sua linguagem é, hoje, um dado imposto pela sociabilidade do capital. Antes de nos referirmos ao capitalismo, é preciso dizer que este é o resultado da forma social que o capital se viu obrigado a organizar, com suas diversas determinações – capitalismo é a sociedade do capital. É esse paradoxo que nos afeta terrivelmente. O trabalhador depende do capital, mesmo que não o reconheça como a sua fonte, depende para manter a reprodução da existência, no entanto, o capital está se desvinculando dessa relação.

O capital está rompendo as amarras que o prendem ao mundo material. O trabalhador depende do capital, mas este não depende daquele, depende do resultado do trabalho. Não basta essa afirmação, será necessária uma pesquisa larga e profunda acerca das condições em que a humanidade se encontra e como o capital está se desprendendo da sociedade global; enfrentar, também o problema da exploração sobre a classe trabalhadora e em que medida o trabalhador manterá sua honra para não perder sua identidade como classe, na luta contra o capital. Na atualidade, o capital tem criado uma espécie de cinturão em volta da humanidade e do planeta, um anel, como os anéis de Saturno, que toma conta de todas as sociedades e de fora as controla.

O capital socializou os trabalhadores, condicionou-os, adestrou-os de modo a conformarem sua visão de mundo a partir das determinações socializantes do próprio capital. Agora que o capital se desprende e gradativamente abandona a humanidade à sua própria sorte, a sociabilidade entra em colapso. Aqui vemos, ainda, com mais perversidade, a sociedade que implora para ser explorada e ainda crê nas possibilidades de se ver livre dessas amarras, ou seja, continuamente, não apenas um paradoxo, como, em substância, um elemento contraditório que não tem em si mesmo uma solução, tem, opostamente, o germe de sua destruição. E muitos ainda creem que deveremos passar pelo capital, aproveitando suas conquistas, para chegarmos ao socialismo. Mas,

O capitalismo torna-se uma instituição de minorias à escala global. No seu desespero, o ídolo trabalho, agonizante, torna-se o canibal de si próprio. Em busca de sobras de trabalho para se alimentar, o capital faz estourar as fronteiras da economia nacional e globaliza-se numa concorrência nômada, em que cada grupo

procura desalojar o outro. (KRISIS, 2003)

Revela-se, por outro lado, a incrível habilidade do capitalismo, como uma sociedade estendida, a transformar tudo em um culto a elementos estruturalmente metafísicos. É muito interessante notarmos como o capital alija os seres humanos de sua própria condição, especialmente de sua materialidade, mesmo que lhes prometa um paraíso inalcançável. Diria que o capital é por si e para si uma utopia que se transveste de realização perene. Há uma tendência, que parece, do ponto de vista histórico, inexorável, e mais, um caminho para a constituição de uma lógica da realidade sem a concretude das relações sociais – que implicam as relações de economia simbólicas, propriamente. No capitalismo há uma mania em cultivar um mundo etéreo, como se as pessoas, em sua consciência, necessitassem escapar ao mundo material, mas isso não ocorre da forma como no tempo de Platão se exigia dos cidadãos gregos. Hoje, de modo um tanto reverso e cínico, as pessoas, na sua ingenuidade perversa, insistem em fugir ao mundo material, invertendo-o num culto sem precedentes. Adorno colocou a seguinte questão, acerca desse problema, vejamos.

O culto do ser, contudo, ou ao menos a atração que essa palavra exerce por meio de seu prestígio, vive do fato de que na própria realidade, tal como outrora na teoria do conhecimento, os funcionais foram reprimindo cada vez mais os conceitos substanciais. A sociedade transformou-se em contexto funcional total como antes era pensada pelo liberalismo; aquilo que é, é relativo a um outro, irrelevante em si mesmo. O horror que isso provoca, a consciência crepuscular de que o sujeito está perdendo sua substancialidade, tudo isso predispõe para que se escute a asseveração, faz com que o ser, equiparado de maneira desarticulada àquela substancialidade, sobreviva apesar de tudo a essa estrutura funcional, sem que possa se perder. Todavia, aquilo que o filosofar ontológico buscava como que despertar de maneira evocativa é minado por processos reais, pela produção e reprodução da vida social. (ADORNO, 2009, p. 63)

A ontologia de todo ser, mesmo o ser social está se esvaindo a olhos vistos dadas as condições em que se encontra a sociedade que ainda produz mercadorias. Ora, aqui nos detemos a reconhecer que a estrutura social que a segunda revolução industrial proporcionou, que propiciou o modelo fordista de organização da produção, foi, em sua medida concreta, a sociabilidade consolidada na consciência das relações sociais. Era de esperar que até mesmo a filosofia da virada do século XIX para o XX e por um longo período no XX, estivesse marcada e condicionada pela forma da produção de mercadorias, que organizou estruturalmente a sociedade, com um modelo de burocracia que foi estendido a todas as organizações da esfera social e estatal.

“O culto ao ser” foi intensificado na pós-modernidade como um apelo à necessidade visceral de justificação da transcendência dos sujeitos sociais – até mesmo sujeitos coletivos,

que, na sua individuação, contemplam o mundo fragmentado e distante da materialidade, o mundo dos consumidores que, desavisados de sua própria condição, estão submetidos a total dependência, pois nada produzem a não ser a gama de serviços num emaranhado de processos de reprodução do capital. Nesse contexto estrutural, a produção de valor revela, nos processos atuais de produção material, o distanciamento da imensa maioria de tais processos, até mesmo os trabalhadores empregados na indústria e nas indústrias de transformação, não produzem com suas próprias mãos, incluindo, também, as novas estruturas de processamento do capital que se desprende do mundo concreto. O ser se emaranha nesse novo conteúdo, fragmentado, isolado e pulverizado, o ser em sua ontologia, é a busca de uma intolerância às novas condições tanto de apreensão da concretude, como da impotência de controle do movimento real do capital e o rastro de destruição que deixa ao consumir a si mesmo.

O capital está nos abandonando? Haveria uma resiliência social e histórica por parte dos trabalhadores em geral, pois, como afirmei anteriormente, justamente no momento em que o capital se tornou a efetiva tautologia social? Seria necessário confrontar algumas indagações que, a meu ver, tornaram-se fundamentais para compreender, de um lado, a imensa aceitação que a humanidade tem acerca do capital e, de outro, o fato de que os movimentos, lógico e histórico, do capital mostram que, afinal de contas, o que é o capital a não ser uma finalidade em si mesma, de tal modo que, em sua essência histórica, o capital não precisa, como Marx afirmou no *Grundrisse*, do trabalhador e parece que agora está mostrando de fato o que é e foi ao longo das determinações históricas.

A total adaptação da maioria dos trabalhadores teria alguma ligação com o fato de o capital nunca ter de fato prescindido dos trabalhadores? Teríamos construído uma falha geológica de dimensões planetárias ao acreditar que o capital é o modo de produção baseado na exploração da força de trabalho e sobre a qual erige seu edifício? No entanto, o desprender-se das relações de exploração não significa que há uma relação intrínseca entre o movimento de autodestruição do capital e seu desprendimento histórico. Além disso, que papel caberia à classe trabalhadora, neste processo histórico rumo ao colapso? Teria o destino em suas mãos, de barrar a derrocada do capital em âmbito global ou caberia à classe trabalhadora a revolução que compete no momento em que a perspectiva que se apresenta é um cenário de pouco apetite revolucionário? A revolução para mudar o rumo do capital e destruí-lo por dentro, ou ainda, de criar as condições de sua superação? Será a revolução como um ato heroico de procrastinar a barbárie total? Abandonaríamos o barco ou o barco é que está nos abandonando à nossa própria sorte? Para onde o capital vai?

O processo do capital em âmbito social-global cria um novo ambiente no

comportamento e nas condições da visão de mundos, nutrida pelas pessoas, ao largo das culturas, ao mesmo tempo em que encontrarmos uma espécie de aburguesamento da classe trabalhadora, em grande medida, dado pelo “comunismo das coisas”.

O comunismo, supostamente fracassado, que é confundido com as sociedades em colapso da modernização recuperadora, não é nem utopia nem um objectivo distante, jamais alcançável, muito além da realidade, mas sim, um fenómeno *já presente*, o mais próximo que encontramos na realidade, ainda que na forma *errada e negativa*, dentro do invólucro capitalista do sistema mundial produtor de mercadorias, isto é, na forma de um *comunismo das coisas*, como entrelaçamento global do conteúdo da reprodução humana. E esse comunismo é dirigido pela estrutura cega e tautológica do automovimento do dinheiro, que não pode obedecer a nenhuma lógica de necessidades sensíveis, sentindo os próprios sujeitos humanos o contexto em que se encontram como realidade objectivada e extrínseca, dentro da qual somente podem observar e examinar a actuação das leis próprias, da mesma maneira que aquela dos processos naturais (por exemplo, com a teoria conjuntural). (KURZ, 1993, p. 214)

A desigualdade provocada pelo capital atinge novas formas na pós-modernidade. Do ponto de vista quantitativo, há como que uma espécie de invólucro da desigualdade material, ela parece não atingir as sociedades com o mesmo impacto ou a mesma revolta. Ela não está invisível, ela é vista sob um novo olhar, não agride as consciências sociais, por aproximadamente duas décadas, a desigualdade foi tratada, especialmente no Brasil, assim como a esquerda latino-americana assumiu para si o destino de políticas liberais tardias, sob a égide do assistencialismo keynesiano. O Estado assumiu a obrigação moral de tentar “salvar” a miséria de seu destino trágico. Some-se a isso a perspectiva de uma produção material das mercadorias em escala vertiginosa, que não regride mesmo sob qualquer circunstância adversa. A abundância, aliada à diminuição em escala global do valor das mercadorias, nos dá a impressão de que estamos mais ricos materialmente. É exatamente o inverso que ocorre. Como observa Kurz, já em 1993, seria como vivêssemos um “comunismo das coisas”. Tem-se, em grande medida, a impressão de que a desigualdade está distante até mesmo dos miseráveis, daqueles que vivem na penúria da sobrevivência material. As lutas sociais por uma economia da inclusão também se multiplicaram por toda a América-Latina, políticas de uma esquerda liberal, assumem a gestão dos miseráveis, restringindo as condições de organização dos trabalhadores, trazendo-os para o interior dos mecanismos estatais – Venezuela, Bolívia, Peru, Uruguai, Argentina, são os exemplos cabais desse processo.

Mas com um tom não de conspiração anticapitalista, muito mais no sentido de legitimar o próprio sistema social do capital, a grande fábrica social que implica todos a serem solidários com o conteúdo formal do próprio sistema produtor de mercadorias. O sujeito automático engendrado pelo mecanismo de reprodução, também automático do capital, requer a

consciência dos agentes, dos funcionários do capital em todo continente latino-americano, em especial. A dissolução da consciência da classe trabalhadora só é colocada em questão sob impulsos espasmódicos.

Os propagandistas da tendência para a virtualização, em todo o caso real, nem coincidem com o ensino das competências tecnológicas, nem reflectem sobre as contradições insolúveis surgidas nesta tendência ou sobre o ilusionismo a elas associado. Pelo contrário, estamos perante uma certa parte da produção de opinião académica e mediática que conseguiu um estatuto hegemónico porque este confere uma expressão ideológica afirmativa ao desenvolvimento capitalista no princípio do século XXI. A pressão para a virtualização, na medida em que se generaliza de acordo com a tendência em todo o caso paralisante, corresponde antes a uma zelosa adaptação à ideologia hegemónica e assim a um estado em que as necessidades próprias já não se conseguem distinguir de um conformismo sem cerimónias. Em todo o caso, a fuga para um além simulado digital aponta para a miséria da realidade capitalista. (KURZ, 2013)

Agora, as necessidades são vividas, no atual estágio virtual, na distância das experiências dos usuários da Internet. No cérebro humano ocorre a abstração das reais necessidades para um lugar ideal, à medida que a vivência social é transferida para um ambiente espetacular, o entendimento constituído a partir dessa vivência é o descarte de todas as necessidades e a experimentação social da realidade que é transformada em um lugar sem lugar, etéreo e purificado de todas as mazelas do mundo das necessidades, concluindo daí uma espécie de aburguesamento dos usuários mundiais da rede de computadores, agora rede de aparelhos móveis ou celulares. Parece sermos capazes de conviver, ao mesmo tempo, com a superabundância material e a escassez da distribuição, a fantasia de que não temos necessidades, a brutal desigualdade e o fato de que a maioria dos trabalhadores não produz mais nada nem mesmo nas indústrias, a produção é realizada por eles, que são tão-somente, um contingente cada vez menos objetivo no processo de produção material em geral – os enfermeiros do processo produtivo material.

Aqui reside também a razão essencial da mitologização da “teoria do colapso” do marxismo do movimento operário feita por Michael Heinrich e outros. Rosa Luxemburgo e Henryk Grossmann aproximaram-se, ainda que com fundamentações redutoras, do conceito de limite interno objectivo da valorização do capital. Mas a gritaria geral contra esta fundamentação objectiva a partir do próprio processo de acumulação do capital levou a que ambos os protagonistas isolados fizessem regredir esta fundamentação objectiva para uma mera “ficção teórica”, como se viu, e não apenas isso. Ocorreu também uma reinterpretação subjectiva do conceito de “colapso”, no sentido do “sujeito de classe” da acção: enquanto a corrente social-democrata reprovava este conceito em favor de uma política de reformas sem rupturas, nas interpretações leninista e de extrema-esquerda o “colapso” surgia de repente como resultado da acção revolucionária do proletariado; ou seja, já não como determinação interna, mas plenamente separado da autocontradição interna da valorização. A falta de clareza teórica era no caso metafóricamente inflada, pois um

“colapso”, de acordo com o significado da palavra, só pode ser um acontecimento inconsciente, enquanto a ultrapassagem consciente da relação de capital é uma situação completamente diferente. A reinterpretação segundo a qual o capitalismo “colapsa” através dum simples acto de vontade do proletariado dissolve a fundamentação na teoria da acumulação em retórica revolucionária e passa ao lado do problema fundamental. É disso que vive a mitologização histórica de Heinrich, tomando esta redefinição “na teoria da revolução” falsamente como prova do predomínio de uma “teoria do colapso” *objectiva* no marxismo do movimento operário, que há muito estaria assente. Na realidade foi com isso justamente que se reiteraram os sentimentos do marxismo do movimento operário contra qualquer fundamentação objectiva de um limite interno da valorização. (KURZ, 2014)

Devemos remeter a questão substancial da existência ou da permanência do capital como um sistema empoderado em si e para si, ou, mais ainda, que sua permanência se devesse exclusivamente à vontade da classe burguesa, com seu quase poder absoluto sobre todas as formas políticas existentes. A luta do proletariado ainda deve ocupar o espaço do antagonismo necessário para salvar a dialética da guerra de classes, sem a qual os intelectuais não terão mais nenhuma necessidade de existirem sob a luz da dialética do confronto. Aqui, no elemento fulcral entre o movimento do capital e sua possível derrocada, na teoria do colapso, entra em cena o papel da classe trabalhadora., ampliada hoje para além das fronteiras do proletariado industrial. Afinal das contas, os trabalhadores devem lutar para imprimir ao capital o colapso de sua formação lógico-histórica ou devem lutar, na imanência de sua estrutura, a fim de fazê-lo avançar e transformá-lo a partir de seu interior, no processo histórico de transição para o socialismo? Não podemos desconsiderar a potência política e até destruidora da classe trabalhadora, mas aqui, para essa reflexão, é preciso contar com o potencial autodestruidor do sistema do capital, em contradição com a condição concreta dos trabalhadores.

Já no processo original de constituição o resultado não pode ser explicado “praxeologicamente” de forma redutora, pelo contrário, a práxis (voluntária) inclui um momento transcendental na passagem das relações de fetiche pré-modernas (de constituição agrária-religiosa) para as relações de fetiche modernas, capitalistas. Nem antes nem depois o agir fica absorvido nos objectivos estabelecidos voluntária e conscientemente pelos actores, nem portanto pode ser determinado meramente em termos de teoria da acção. Por isso não pode ser deduzida qualquer ontologia da transcendência negativa produzida pelos próprios seres humanos e a ser produzida sempre de novo do seu contexto social, mas apenas a factualidade socialmente condicionada de que, nestas determinadas relações e processos de transformação de nós conhecidos, os seres humanos, na expressão de Marx, não “dominam” conscientemente a sua própria reprodução material e social, pelo contrário, esta confronta-os como poder estranho e aparentemente exterior, em formas inconscientes surgidas através das consequências não tomadas em consideração do seu agir. (5) (KURZ, 2014)

Marx colocou a teoria do fetiche e se tornou, historicamente, o problema crucial para o desenvolvimento das lutas anticapitalistas desde o século XX. Tornou-se, ainda, um dilema

para o movimento operário, tanto mais ainda para os movimentos sociais pós-operários, para as elites intelectuais marxistas, tanto quanto para todos aqueles que encontraram dificuldades em conciliar a teoria do valor, a emergência da revolução e o fetiche da forma social da mercadoria. Como uma relação social, a forma do valor, forma social por excelência, é a relação que implica a sociabilidade do mundo como um todo. O fetiche social da mercadoria, é, em outras palavras, o fetiche das relações de produção, das relações de troca, e, sobretudo, abrange as estruturas da sociabilidade que abarcam a política da economia civil e estatal, as esferas dos sujeitos sociais em todas as suas determinações: família, religião, educação, conhecimento, ciência, técnica e tecnologia. No entanto, houve quem dissociasse a teoria do valor e seus desdobramentos da teoria do fetiche, o que seria, compensador para os interesses das vanguardas do início do século XX que impetravam a luta revolucionária, sob a ordem das burocracias das máquinas revolucionárias. A afirmação de que o “poder estranho e aparentemente exterior, em formas inconscientes surgidas através das consequências não tomadas em consideração do seu agir” implica a confusão tanto no que se refere a efetivas possibilidades epistemológicas acerca das condições de ação, a praxiologia efetiva para a derrubada consciente do capital, também no horizonte das impossibilidades históricas que implicam aquela espécie de letargia ou anomia diante de um sistema que agiu pelas costas de seus agentes e, por esse motivo, alcançou sua autonomia para aquém e além de seus próprios gerentes, como Marx ressalta a seguir.

Já vimos que na expressão mais simples de valor, x mercadoria $A = y$ mercadoria B , a coisa, em que a grandeza de valor de outra coisa é representada, parece possuir sua forma equivalente independentemente dessa relação, como uma propriedade social de sua natureza. Já investigamos a consolidação dessa falsa aparência. Ela completou-se tão logo a forma de equivalente geral se fundiu com a forma natural de uma espécie particular de mercadoria ou cristalizou-se na forma dinheiro. Uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio. As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas coisas, ouro e prata, tais como saem das entranhas da terra, são imediatamente a encarnação direta de todo o trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifesta inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante. (MARX, 1996, pp. 216-217)

Ora, nessa descrição memorável, os seres humanos conduzem sua existência social de

modo isolado, a fragmentação social isola os sujeitos sociais ao invés de provocar a necessidade de coletivização ou da cooperação que poderia redundar num movimento solidário consciente. Ora, “a figura reificada de suas próprias condições de produção” é absolutamente “independente de seu controle e de sua ação consciente individual”, isto é, individualmente, os sujeitos, mesmo que contem com seu voluntarismo, não seriam capazes de confrontar o capital como sistema social. É preciso o entendimento em dois campos do conhecimento – de um lado o conhecimento do processo de produção do valor e, de outro, o entendimento histórico das determinações de exploração sobre o trabalhador, mesmo que “Para o capital, o trabalhador não é uma condição de produção, mas o trabalho” (Marx, 2011, p. 661). Até o momento, o capital se valeu da produção ou do trabalho, dito mais precisamente, do produto do trabalho e o fez explorando o corpo social dos trabalhadores. A organização política dos trabalhadores é imprescindível, a forma política do Capital realiza-se nas condições objetivas da luta e do confronto entre os trabalhadores no processo de exploração. A exploração sobre os trabalhadores permanece, mesmo que o capital esteja a nos abandonar, a condição de petição dos trabalhadores indica não somente a exploração sobre eles, também indica as condições de dependência material absoluta das massas alijadas do domínio de suas próprias necessidades. Essa condição é de extrema exploração, portanto, mesmo que o capital nos abandone, ele nos lança à própria sorte e mantém a dependência material, isto significa a dupla exploração sobre os trabalhadores. Revela-se o fato histórico que ao se desprender da própria estrutura de exploração, condiciona os trabalhadores e a humanidade, na sua quase totalidade, àquilo que não produzem, as máquinas o fazem em ritmo alucinante. Logo, a exploração contínua dá-se pela determinação que ora o atual processo de produção impõe ao planeta, os trabalhadores são apartados do domínio efetivo do que ainda produzem ou que as máquinas em larga escala estão a produzir e que, com a implantação da quarta revolução industrial-científica-tecnológica, não terão sequer proximidade com o gerenciamento das máquinas. Logo, eis o problema, que residiu e ainda reside em como apresentar a teoria marxista em sua totalidade estrutural entre valor e fetiche, não pode haver cisão entre as duas esferas principais da pesquisa de Marx sobre o capital como processo histórico de dominação.

Uma vez surgida e cada vez mais “em processo sobre a sua própria base” (Marx), no entanto, a máquina de fim em si mesmo da valorização, justamente através do agir de todos os participantes “nesta” relação social nova e autonomizada, estabelece a partir de si as “condições de existência” e “formas de pensamento” por Marx designadas objectivas. Através do agir assim condicionado constituíram-se “leis” aparentemente “naturais” do contexto formal e funcional que por sua vez determinam o agir e levam a resultados objectivos desde que esta espécie de socialização negativa e cega predomina. Foi justamente neste sentido que Marx

designou o capital (não confundir com os capitalistas) e a sua lógica de valorização como “sujeito automático”. A novidade nesta espécie de objectivação, comparativamente com todas as formações anteriores, está em que o contexto funcional já não se apresenta estático, mas sim “em processo” das contradições internas, e é executado através de um sistema de concorrência universal nunca antes existente, cuja “coerção muda” (Marx) faz avançar uma dinâmica cega que se sobrepõe aos objectivos (voluntários) iminentes dos actores e um desenvolvimento incontrolado das forças produtivas e/ou destrutivas deste modo de produção e de vida. (KURZ, 2014)

Sem acesso ao produzido, apenas com o equivalente para trocar e adquirir mercadorias produzidas, os trabalhadores se veem manietados e seu poder político enfraquece à medida que se distanciam, não por sua própria vontade, do controle das estruturas de produção e sim pelas condições do atual estágio das relações de produção e das consequentes relações de exploração. Aqui, portanto, emerge a segunda forma de exploração que expressa o abandono do capital em relação à exploração sobre os trabalhadores empregados e desempregados. Por isso, a questão não está mais sobre os desempregados, paradoxalmente, num modo inverso da historicidade acerca do protagonismo na luta de classe enquanto estrutura de exploração – agora o problema está relativo aos que continuam empregados, tanto formal quanto informalmente.

Por dentro do sistema

No desdobramento histórico das formas constitutivas do capital, o Estado assumiu papel preponderante e, sobretudo, atuou para absorver as lutas sociais, os movimentos que emergiram das bases dos trabalhadores. O Estado absorveu as lutas e os movimentos dos operários e dos trabalhadores em geral, institucionalizando-os, de modo que ao serem tragados para o interior do Estado, o direito passou a ser elemento institucional do controle político do capital sobre os trabalhadores mediante os aparatos judiciais e repressivos. No século XIX os movimentos sociais dos trabalhadores tinham, por necessidade de luta, a concepção anticapitalista, dadas as condições de sua organização, baseadas em formas autônomas, porém, submetidas à brutalidade total do Estado. Movimentos fora do Estado, não institucionalizados, de caráter internacionalista, sobretudo.

A consciência dita de classe tinha a efetividade na articulação dos trabalhadores contra o Estado, sobretudo contra os capitalistas em medida geral, notadamente ao longo do século XIX. Os processos sociais que culminavam nos confrontos foram o modo pelo qual os trabalhadores se apropriaram das condições de organização a partir das bases sociais da produção. À medida que os estados-nação canalizaram as estruturas legais de organização, os trabalhadores foram levados a serem absorvidos no interior dos territórios para serem instituídos em suas novas organizações, internas à nação e, portanto, submetidos à vontade do direito e à

legalidade do modo de produção capitalista, que capitaneava o ordenamento jurídico, impondo a figura do sujeito de direito, tanto individual quanto coletivo sobre a figura dos movimentos operários. À medida que os trabalhadores são absorvidos e, em grande medida, reconhecidos como sujeitos de direito, as lutas ocorrem no interior demarcado do Estado, este passa a ser o alvo do poder, tanto que é por dentro do Estado que ocorrerão os maiores embates políticos e os confrontos com vistas à obtenção do poder de regular, institucionalmente, os direitos dos trabalhadores. Nesse ponto, ocorre a subsunção dos trabalhadores ao sistema social do capital, restringindo a amplitude de suas organizações e delimitando-as às fronteiras nacionais. Desde então, a luta anticapitalista é transformada em resistência, implícita e explicitamente, desembocou no reconhecimento de que a luta pela igualdade é formalizada na luta pela isonomia, a igualdade perante as normas, que regulam e restringem, por meio do Estado, a organização e a autonomia dos trabalhadores.

O “estado de coisas público” moderno, o Estado acabado moderno, não se baseia, conforme entende a Crítica, na sociedade dos privilégios, mas sim na sociedade dos privilégios suspensos e dissolvidos, na sociedade burguesa desenvolvida, naquela que deixa em liberdade os elementos vitais que nos privilégios ainda se achavam politicamente vinculados. Nenhuma “determinação privilegiada” se opõe aqui nem à outra coisa nem ao estado de coisas público. Assim como a livre indústria e o livre comércio superam a determinação privilegiada e, com ela, superam a luta das determinações privilegiadas entre si, substituindo-as pelo homem isento de privilégios - do privilégio que isola da coletividade geral, tendendo ao mesmo tempo a constituir uma coletividade exclusiva mais reduzida -, não vinculado os outros homens nem sequer através da aparência de um nexos geral e criando a luta geral do homem contra o homem, do indivíduo contra o indivíduo, assim a sociedade burguesa em sua totalidade é essa guerra de todos os indivíduos, uns contra os outros, já apenas delimitados entre si por sua individualidade, e o movimento geral e desenfreado das potências elementares da vida, livres das travas dos privilégios. A antítese entre o Estado representativo democrático e a sociedade burguesa é a culminação da antítese clássica entre a comunidade pública e a escravidão. No mundo moderno, todos são, a um só tempo, membros da escravidão e da comunidade. Precisamente a escravidão da sociedade burguesa é, em aparência, a maior liberdade, por ser a independência aparentemente perfeita do indivíduo, que toma o movimento desenfreado dos elementos estranhados de sua vida, já não mais vinculados pelos nexos gerais nem pelo homem, por exemplo, o movimento da propriedade, da indústria, da religião etc., por sua própria liberdade, quando na verdade é, muito antes, sua servidão e sua falta de humanidade completas e acabadas. O privilégio é substituído aqui pelo direito. (MARX, ENGELS, 2011, p. 135)

No movimento real da sociedade capitalista, a terceira revolução industrial, juntamente com a reestruturação dos processos produtivos, desmonta as grandes organizações políticas dos trabalhadores e os mergulha em novos padrões, expressos na fragmentação da produção e culmina na fragmentação dos trabalhadores, em novas formas de empregabilidade com sua ordenação legal adaptada às novas necessidades da produção de valor da força de trabalho. Os

movimentos sociais contemporâneos nascem nesse caldo econômico, nascem com novos objetivos e suas estruturas não são totalmente absorvidas pela organização estatal, que requer novas configurações legais para enfrentar o cenário atual. Os movimentos sociais são o fenômeno de uma reestruturação social da produção, os meios e as relações de produção impõem o desmonte da massificação dos trabalhadores, reunidos, por longo período, em grandes sindicatos e grandes partidos. O padrão da organização social se dá em nova chave política, os trabalhadores encontram dificuldades em organizarem-se em grandes formações políticas, seu poder de luta, bem como os seus poderes político e econômico de imposição de direitos ou legitimação, perdem fôlego para, inclusive, no interior das esferas estatais, lutarem por seus direitos legalizáveis.

No Estado moderno desenvolvido as coisas ocorrem de modo exatamente inverso. O Estado declara que a religião, assim como os demais elementos burgueses da vida, apenas começaram a existir em toda a sua extensão no mesmo instante em que os esclarece como apolíticos, deixando-os largados a si mesmos, portanto. A dissolução de sua existência política, como por exemplo à dissolução da propriedade mediante a abolição do censo eleitoral, ou à supressão da religião mediante a dissolução da Igreja estatal, a essa proclamação de sua morte civil dentro do Estado, corresponde sua vida mais poderosa, que agora obedece a suas próprias leis sem que ninguém a estorve, e pode estender sua própria existência em toda a sua extensão. (MARX, ENGELS, 2011, p. 136)

Pois a América do Sul foi o exemplo clássico do movimento keynesiano tardio, da inclusão dos trabalhadores nos projetos de seus estados-nacionais, incluídos em um estágio do capital mundial que passava por mudanças drásticas, os movimentos de trabalhadores sofreram com as reestruturações produtivas e foram fragmentados em suas formações originais e tradicionais. As formas de luta tiveram de ser adaptadas.

Mais uma vez, ao serem incluídos, absorvidos no ordenamento jurídico, foram transformados, os movimentos sociais, em figuras de direitos e como tais, passaram a ser controlados pelo aparato estatal, tanto à esquerda quanto à direita. Nesse movimento histórico, o marxismo dos movimentos operários e que também, de certa forma, marginalmente, inspirou movimentos sociais, que também foram capturados pelo estatismo social e econômico, restringindo, assim, suas margens de ação e autonomia necessárias para confrontar o sistema, tanto no âmbito local quanto regional.

Os blocos extremistas à direita passaram a agir com mais vigor, especialmente em diferentes países sul-americanos, em velocidades variadas, no entanto, com o mesmo propósito de desarticular as políticas econômicas, na sua maioria, keynesianas inclusivas das massas marginalizadas. Qual foi sua estratégia? Foram preparados para agir em bloco, por meio de um processo de desconstrução ideológica muito bem estudado, tanto cientificamente quanto

estatisticamente. Não foi um movimento que surgiu da forma tradicional das disputas políticas, foi concebido, diria, em laboratório. A primeira grande expressão desse modo de pensar se deu em bloco na Primavera Árabe e a partir daí, foram disparados em muitos lugares - Espanha, Inglaterra, EUA, América do Sul, Hong Kong etc. Não havia como enfrentar esse modelo porque seria preciso mais do que estratégia, seria necessário muito capital e muita tecnologia. A esquerda não tinha esse capital. Então, essa turma saiu a campo em bloco e passou a atacar em bloco, seria muito difícil competir contra a avalanche de legiões de pseudofascistas que se formaram em todas as partes, fazendo uma guinada à direita. A nossa tradição de luta estava superada, portanto, pelas condições gerais de produção e pela reestruturação das forças produtivas que, mais uma vez, não estavam ao alcance dos movimentos marxistas e demais grupos à esquerda.

A economia mundial seguiu seu curso para o colapso, a política também está ruindo, mas parece haver uma nova concepção de gerenciamento do capital, o que João Bernardo chamou de Estado Amplo, por cima das fronteiras, controlando tudo, por meio das corporações e do sistema bancário mundial. As gangues regionais provavelmente serão as novas formas de administração local das relações de exploração, os Estados estão sendo dissolvidos e derretendo a olhos nus. As legiões de fascistas estão sendo preparadas para assumir, possivelmente, esse gerenciamento.

Conclusões Finais

O capital precisa de sua negação para se afirmar como tal. Ao criar, na história, o sistema social do capital, este criou a classe trabalhadora, que é, objetivamente, a negação do capital. Esta negação e a sua criação histórica, a classe trabalhadora, é a um tempo, sua vida e sua morte. Mas agora, o capital está deixando a classe trabalhadora, ou melhor, está destruindo-a, negando-a e negando a si mesmo – o capital. Sem a negação, o capital não pode nutrir a si mesmo, como capital, a não ser na esfera do abstrato total, na forma de uma tautologia social, uma totalidade vazia, sem a história em seu interior. Ao abandonar sua identidade, que se faz na negação, o capital abandona a si mesmo.

A ciência é o elemento que está no cerne deste abandono, seu fundamento é a forma material do capital, em outras palavras, à medida que a ciência abarca o mundo da produção capitalista, transforma o sistema do capital numa tautologia, esta, por sua vez, não encontra negação, não encontra sua forma formal, e ao reproduzir a si mesmo, entra em colapso. Ironicamente, a ciência se afastou da ciência. Quanto mais a ciência parece ter facilitado a vida dos seres humanos, mais estes foram afastados da ciência. Parece que tudo está dado e

respondido, a ciência tem as respostas e as soluções, a ciência naturalizou o mundo, tornou invisíveis os problemas. Liberou as pessoas para voarem em seus delírios. Os delírios levaram muitos a um retrocesso histórico, cognitivo e intelectual. Uma vez que a ciência tratou de garantir os ganhos do capital em escala mundial, gradativamente, ela se retirou do cotidiano dos sujeitos sociais e foi encastelada nos laboratórios financiados pelas grandes corporações, apesar de o discurso oficial garantir que ela está nas universidades. À medida que a ciência promulgou o avanço das forças produtivas numa velocidade jamais imaginada, a sociedade humana tornou-se refém de suas próprias descobertas. No entanto, o avanço das forças produtivas não redundou em igualdades de acesso aos produtos da ciência.

A classe trabalhadora, que nega o capital, não produz mais o capital, destarte o fato de ainda ser identificada com a produção real do valor, mas este valor ruma para o zero absoluto, à medida que a produção de todas as coisas tende ao seu não-valor. Dessa forma, o que nega o capital, a força de trabalho, deixa de existir, por que o capital fixo aumenta à medida que a ciência substitui o trabalho vivo pelo morto – as máquinas fazem tudo, ou quase tudo que é massivamente consumido. Os trabalhadores continuam a existir, a classe trabalhadora não produz em quantidade suficiente para realizar o valor, em escala mundial, portanto, a classe trabalhadora trabalha, mas não gera valor. É preciso, assim, que a classe trabalhadora deixe de ser a negação do capital, porque também o capital deixará de ser a sua negação. É preciso eliminar esta contradição, eliminar esta relação definitivamente.

Referências e Fontes:

ADORNO. Theodor W. *Dialética negativa*. Tradução Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Tabelas especiais*. Tabela 1 – Capitais brasileiros no exterior – Posição. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Acesso em 3 abr. 2020.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS-BIS. *Statistical Bulletin. Monetary and Economic Department*. December 2019. Disponível em <https://www.bis.org/statistics/bulletin1912.pdf>. Acesso em 23 mar 2020.

DEPARTMENT OF THE TREASURY/FEDERAL RESERVE BOARD. *Major foreign holders of treasury securities*. March 16, 2020, Disponível em <https://ticdata.treasury.gov/Publish/mfh.txt>. Acesso em 3 abr. 2020.

INSTITUTE OF INTERNATIONAL FINANCE – IFF. *Global debt monitor high debt may exacerbate climate risk*. Nov. 14, 2019. Disponível em Disponível em

<https://www.iif.com/publications/global-debt-monitor>. Acesso em 19 de mar. 2020.

ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. <https://ilostat.ilo.org/es/data/browse-by-subject/>. In **ILO** – International Labour Organization. Disponível em <https://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm>.

ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. Output per worker (GDP constant 2011 international \$ in PPP). In *ILO modelled estimates*, Nov. 2019 null. (Downloaded on MON, 17 FEB 2020 23:38 +0100 from ILOSTAT). Disponível em https://www.ilo.org/ilostat/faces/wcnav_defaultSelection?_afLoop=10674700056773208&_afWindowMode=0&_afWindowId=null#!%40%40%3F_afWindowId%3Dnull%26_afLoop%3D10674700056773208%26_afWindowMode%3D0%26_adf.ctrl-state%3D1a5fpqj9w_45.

ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. *Employment by sector - ILO modelled estimates*, nov. 2019. Disponível em <https://ilostat.ilo.org/>. Acesso em março 2019.

ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. Labour income share as a percent of GDP -- *ILO modelled estimates*, July 2019 (%). Disponível em <https://ilostat.ilo.org/>. Downloaded on TUE, 25 FEB 2020 21:27 +0100 from ILOSTAT.

ILOSTAT. La principal fuente de estadísticas laborales. *Mean nominal monthly earnings of employees by sex and economic activity -- Harmonized series null*. Disponível em <https://ilostat.ilo.org/>. Downloaded on FRI, 14 FEB 2020 18:14 +0100 from ILOSTAT

IMF – *International Monetary Fund. Global Debt Database*. Disponível em <https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/GDD>, outubro 2019.

IMF – International Monetary Fund. *Real GDP growth. Annual percent change*. Disponível em <https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/GDD>. Acesso em 23.abr.2020.

KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. Tradução do alemão de José Paulo Vaz. Lisboa: Editora Antígona, 2003. Disponível em <https://www.exit-online.org/textanz1.php?tabelle=transnationales&index=9&posnr=18&backtext1=text1.php>. Acesso em 3 abr. 2020.

KURZ, Robert. *Crise e crítica: O limite interno do capital e as fases do definhamento do marxismo. Um fragmento*. Segunda parte. Original **KRISE UND KRITIK**. Die innere Schranke des Kapitals und die Schwundstufen des Marxismus. Ein Fragment. Zweiter Teil in revista EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft, 11 (07/2013) [EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria, nº 11 (07/2013)], ISBN 978-3-89502-370-5, 220 p., 13 Euro, Editora: Horlemann Verlag, Heynstr. 28, 13187 Berlin, Deutschland, Tel +49 (0) 30 49 30 76 39, E-mail: info@horlemann-verlag.de, <http://www.horlemann.info>. Tradução de Boaventura

Antunes (08/2014). Disponível em <http://obeco.no.sapo.pt/rkurz410.htm>.

_____. *Indústria cultural no século XXI: Sobre a actualidade da concepção de Adorno e Horkheimer*. Original KULTURINDUSTRIE IM 21. JAHRHUNDERT. Zur Aktualität des Konzepts von Adorno und Horkheimer in revista **EXIT!** Krise und Kritik der Warengesellschaft, 9 (03/2012) [EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria, nº 9 (03/2012)], ISBN 978-3-89502-333-0, 200 p., 13 Euro, Editora: Horlemann Verlag, Heynstr. 28, 13187 Berlin, Deutschland, Tel +49 (0) 30 49 30 76 39, E-mail: info@horlemann-verlag.de. Disponível em <http://www.horlemann.info>. Tradução de Boaventura Antunes (03/2013).

_____. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 6ª ed., Tradução de Karen Elsabe Barbosa. Editora Paz e Terra, 1992.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A sagrada família, ou. A crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços de uma crítica da economia política*. Tradução Mário Duayer, Nélio Shineider. São Paulo: Boitempo: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. *O Capital: crítica da economia política. Vol. 1, Livro Primeiro: O processo de produção do capital, Tomo 1*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

Resumo: Os trabalhadores sul-americanos sofrem com a crise estrutural do capital de âmbito global, devido à reestruturação das forças produtivas, impulsionadas pela forma material, a ciência. Por conseguinte, o aumento da financeirização sem base material - irreversível. Os dados aqui apresentados procuram reforçar a compreensão do abandono do capital. Os trabalhadores estão sob dupla exploração: achatamento do preço da força de trabalho e dependência das condições materiais.

Palavras-chave: Financeirização, absorção, abandono.

Abstract: South American workers suffer from the global structural crisis of capital, due to the restructuring of the productive forces, driven by the material form, science. Consequently, the increase in financialization without a material basis - irreversible. The data presented here seeks to reinforce the understanding of abandonment of capital. Workers are under double exploitation: flattening the price of labor and dependence on material conditions.

Key-words: Financialization, absorption, abandonment.

* Artigo recebido em 09/07/2020

* Artigo aceito em 18/08/2020